



# PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES

CNPJ/MF nº 43.035.146/0001-85  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

Ativo	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	8.007	20.142		
Contas a receber	50.534	49.382		
Impostos a recuperar	19.513	17.877		
Mútuos a receber de partes relacionadas	231.696	277.046		
Despesas antecipadas	12.342	12.361		
Outras contas a receber	21.389	11.269		
	<b>343.481</b>	<b>388.077</b>		
<b>Não circulante</b>				
Impostos diferidos	21.977	23.625		
Impostos a recuperar	844	869		
Mútuos a receber de partes relacionadas	133.741	126.187		
Depósitos judiciais	32.533	35.842		
	<b>189.095</b>	<b>186.523</b>		
Outros investimentos	197	197		
Imobilizado	235.203	243.811		
Intangível	35.436	30.347		
	<b>270.836</b>	<b>274.355</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>803.412</b>	<b>848.955</b>		
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	23.003	45.975		
Fornecedores	10.653	8.491		
Obrigações sociais	86.964	87.490		
Obrigações fiscais	24.611	22.251		
Mútuos a pagar de partes relacionadas	112.161	65.537		
Outras contas a pagar	13.953	11.141		
	<b>271.345</b>	<b>240.885</b>		
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	33.820	41.562		
Obrigações fiscais	112.253	121.473		
Mútuos a pagar de partes relacionadas	1.227	1.209		
Provisão para contingências	62.547	47.452		
Provisão atuarial	11.137	14.959		
Outras provisões	147	130		
	<b>221.131</b>	<b>226.785</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	264.544	234.544		
Reserva legal	4.662	3.155		
Reserva de lucro a realizar	37.117	113.586		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	30.000		
Outros resultados abrangentes	4.613	-		
	<b>310.936</b>	<b>381.285</b>		
<b>Total do passivo</b>	<b>803.412</b>	<b>848.955</b>		

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>882.769</b>	<b>806.860</b>		
Custos dos serviços prestados	(579.207)	(560.890)		
<b>Lucro bruto</b>	<b>303.562</b>	<b>245.970</b>		
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Vendas	(9.884)	(9.679)		
Gerais e administrativas	(253.269)	(230.952)		
Outras receitas líquidas	29.217	34.068		
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>69.626</b>	<b>39.407</b>		
<b>Resultado financeiro</b>				
Despesas financeiras	(24.872)	(18.448)		
Receitas financeiras	7.484	6.575		
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>52.238</b>	<b>27.534</b>		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(23.729)	(19.067)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.625	8.161		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>30.134</b>	<b>16.628</b>		
<b>Lucro por ação</b>	<b>0,11%</b>	<b>0,07%</b>		

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>11.620</b>	<b>2.324</b>	<b>133.240</b>	<b>-</b>
Aumento de capital	200.000	-	-	(200.000)
Aumento de capital incorporação Transeguero	22.924	-	-	-
Lucro líquido do exercício incorporação Transeguero	-	-	7.578	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.628
Distribuição de dividendos	-	-	(18.558)	(15.797)
Reserva legal	-	831	-	(831)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	30.000
Ajuste IR / CSLL diferido	-	-	4.469	-
Ajuste provisão processos trabalhistas	-	-	(13.144)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>234.544</b>	<b>3.155</b>	<b>113.586</b>	<b>30.000</b>
Aumento de capital	30.000	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.134
Distribuição de dividendos	-	-	(75.572)	(28.627)
Reserva legal	-	1.507	-	(1.507)
Ajuste IR / CSLL Swap	-	-	(897)	-
Ajustes provisão atuarial (plano médico)	-	-	-	4.613
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>264.544</b>	<b>4.662</b>	<b>37.117</b>	<b>4.613</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	30.134	16.628		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Baixa ajustes de avaliação patrimonial	-	30.502		
Depreciações e amortizações	38.240	43.824		
Valor residual de ativos imobilizado e intangíveis baixados	386	1.120		
Provisão para ajuste ao valor recuperável de contas a receber	(1.179)	4.864		
(Reversões) / Provisões para contingências, atuarial e outras provisões	11.290	26.836		
Ajuste provisão atuarial	4.613	-		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	752	(10.118)		
Juros e variações monetárias provisionadas	9.678	6.029		
	<b>93.914</b>	<b>119.685</b>		
<b>Aumento (redução) dos ativos operacionais</b>				
Contas a receber, líquidas	27	(10.146)		
Estoques	-	151		
Impostos a recuperar	(1.636)	18.856		
Despesas antecipadas	19	(2.118)		
Outras contas a receber	(6.787)	(39.341)		
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	2.162	1.963		
Obrigações sociais	(527)	11.735		
Obrigações fiscais	(6.859)	(33.023)		
Outras contas a pagar e depósitos judiciais	2.812	(83)		
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>83.125</b>	<b>67.679</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado e intangível	(35.106)	(77.557)		
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(35.106)</b>	<b>(77.557)</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital social	30.000	-		
Recursos repassados a partes relacionadas	84.438	7.739		
Empréstimos e financiamentos captados	15.118	40.511		
Empréstimos e financiamentos pagos	(47.858)	(38.952)		
Juros pagos	(7.652)	(3.521)		
Dividendos pagos	(104.200)	(34.355)		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(30.000)	30.000		
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(60.154)</b>	<b>1.422</b>		
<b>(Redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(12.135)</b>	<b>(8.456)</b>		
Saldo final	8.007	20.142		
Saldo inicial	20.142	28.598		
<b>(Redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(12.135)</b>	<b>(8.456)</b>		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Protege S/A Proteção e Transporte de Valores (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim, vigilância e serviços de guarda ou custódia dos valores. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e outros. A Companhia está sediada na cidade de Santo André, Estado de São Paulo à Rua dos Coqueiros, 1300 e tem base para prestação de serviços nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo. **6. Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis: a. Receita operacional; b. Instrumentos financeiros; c. Imobilização; d. Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*); e. Benefícios a empregados; f. Provisões; g. Arrendamentos; h. Receitas e despesas financeiras; i. Imposto de renda e contribuição social; j. Normas e interpretações ainda não adotadas. **a. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia; e as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser mensuradas de forma confiável. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo A Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Ativos financeiros reclassificados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, mútuos a receber de partes relacionadas e outras contas a receber. *Caixa e equivalentes de caixa:* Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. *(ii) Passivos financeiros não derivativos:* Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. *(iii) Capital social: Ações ordinárias:* Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, exceto pelo grupo de veículos, deduzido de depreciação acumulada e

quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *(ii) Custos subsequentes:* Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. *(iii) Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Beneficiária em imóveis de terceiros 10 a 25 anos Instalações 10 anos Máquinas e equipamentos 8 a 10 anos Móveis e utensílios 5 a 10 anos Veículos 3 a 15 anos Equipamentos de informática 4 a 10 anos Armamento equipamentos de vigilância 20 anos Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia efetuou uma revisão da vida útil dos itens de seu ativo imobilizado. A despesa com depreciação considerando as vidas úteis revisadas foram lançadas no resultado do exercício de 2015, de forma prospectiva, por ter sido considerada uma mudança de estimativa, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de erro. **d. Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*): (i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. *(ii) Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2015. **e. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *Benefícios pós-emprego - planos de saúde:* A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido a cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. Os custos com contribuições mensais definidas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Arrendamentos: (i) Ativos arrendados:** Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. *Pagamentos de arrendamentos:* Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **h. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e juros. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método dos juros efetivos. As despesas fi-

nanceiras abrangem despesas com juros, descontos concedidos e outras despesas bancárias. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **j. Normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11); • Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alteração da IAS 16 e IAS 38); • Melhorias anuais das IFRS de 2012-2014 (várias normas); • Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondente a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção Antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	2015		2014	
--	------	--	------	--